

**HABEAS CORPUS Nº 560.352 - MG (2020/0027916-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : GLAUCO MURAD MACEDO**  
**ADVOGADO : GLAUCO MURAD MACEDO - MG107331**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : JORGE MATEUS JUVENATO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JORGE MATEUS JUVENATO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado a 5 anos de reclusão, no regime inicialmente fechado, mais 500 dias-multa, e teve negado o direito de recorrer em liberdade pela prática do delito inscrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 6/10), tendo em vista que foi surpreendido na posse de **115,08g (cento e quinze gramas e oito centigramas) de maconha e de 3,01g (três gramas e um centigrama) de cocaína** (e-STJ fl. 7).

Interposta apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 12):

*APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - CONDUTA PREVISTA NO ART. 33 DA LEI ? 11.343/2006 - IMPOSIÇÃO REGIME FECHADO - VEDAÇÃO CONSTANTE DO ART. 2º, § 1º, DA LEI DE CRIMES HEDIONDOS E ART. 44 DA LEI N. 11.343/06 - INCONSTITUCIONALIDADE - ABRANDAMENTO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA - NÃO CABIMENTO DIANTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.*

*O Plenário do STF já declarou inconstitucional a imposição do regime fechado para o cumprimento da pena de crimes hediondos e crimes equiparados (HC 111.840/ES). Tal entendimento, dotado de força persuasiva e expansiva, é amplamente adotado pelos Tribunais, como decorrência da crescente valorização dos precedentes judiciais no direito brasileiro. Embora fixada pena em patamar inferior a oito anos de reclusão, a considerável quantidade de droga e os apetrechos apreendidos e as circunstâncias dos fatos são relevantes para a fixação do regime fechado para o cumprimento da reprimenda corporal, nos termos do disposto no art. 33, §§ 2º e 3º do Código Penal c/c art. 42 da Lei n. 11.343/06.*

# Superior Tribunal de Justiça

Daí o presente *writ*, no qual aponta a defesa ilegalidade decorrente da fixação do regime prisional mais gravoso.

Sustenta ausência de fundamentação idônea para a imposição do regime inicialmente fechado, já que pautada, apenas, na natureza hedionda do delito, nos termos do art. 2º, §1º, da Lei n. 8.072/1990, sem observar as disposições do art. 33 do Código Penal

Dessa forma, requer, liminarmente e no mérito, o abrandamento do regime inicial de cumprimento da pena para o intermediário (e-STJ fls. 3/5)

O pedido liminar foi deferido a fim de que o acusado pudesse aguardar em regime semiaberto o julgamento deste *habeas corpus* (e-STJ fls. 24/27).

Informações prestadas (e-STJ fls. 33/45 e 46/65).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem (e-STJ fls. 69/71).

É o relatório.

**Decido.**

## **Fixação de regime inicial menos gravoso**

Constata-se *in casu* que o regime fechado aplicado à pena reclusiva, mais severo do que aquele que a reprimenda comporta, foi fixado sem fundamentação idônea, já que **pautado apenas na natureza hedionda do delito**, em evidente afronta ao art. 93, IX, da Constituição da República e ao enunciado 440 da Súmula desta Corte Superior, que segue transcrito: "*Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.*"

Nesse mesmo sentido, confirmam-se os enunciados 718 e 719 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, respectivamente:

*A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.*

*A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.*

No mesmo sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. REGIME PRISIONAL. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. FUNDAMENTO INVÁLIDO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. RÉU PRIMÁRIO. MODO SEMIABERTO. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. O Colegiado local estabeleceu o regime inicial fechado, basicamente com fundamento na hediondez e na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas, o que não é admissível, segundo reiterada jurisprudência dos Tribunais Superiores, consolidada nas Súmulas 440 do STJ, 718 e 719 do STF.*

*2. Desse modo, aplicada a pena definitiva em 5 anos de reclusão, sendo primário o agente e favoráveis as circunstâncias judiciais, o regime semiaberto é o adequado à prevenção e a reparação do delito, nos termos do art. 33 do Código Penal c/c o art. 42 da Lei de Drogas.*

*3. Agravo regimental não provido (AgRg no HC 543.772/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019, grifei).*

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. REGIME INICIAL SEMIABERTO PARA CUMPRIMENTO DE PENA. POSSIBILIDADE. SÚMULAS N.os 718 E 719 DO STF E 440 DO STJ. QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS. MOTIVAÇÃO NÃO UTILIZADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS PARA FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. MERO INCONFORMISMO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. O entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior é no sentido de que a quantidade de entorpecentes pode ser utilizada como fundamento a ensejar a aplicação do regime mais danoso, ex vi do art. 33, §§ 2.º e 3.º, do Código Penal, e art. 42 da Lei n. 11.343/2006. Precedentes.*

*2. No caso, a quantidade da droga não foi utilizada para motivar a fixação do regime mais gravoso (fechado). Conforme consignado na decisão agravada, o regime de cumprimento da pena foi baseado apenas na gravidade abstrata do delito e na sua hediondez, o que contraria as Súmulas n.os 718 e 719, ambas do STF, e 440 desta Corte. Assim, a motivação é inidônea, sendo ilegítima a manutenção do regime de cumprimento da pena mais gravoso baseado na quantidade de drogas, fazendo acréscimo de fundamentação, em sede de habeas corpus.*

*3. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 516.507/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 19/11/2019, grifei).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sob tal prisma, considerando o *quantum* da condenação (5 anos de reclusão), a primariedade do agente e o fato de não lhe terem sido apontadas circunstâncias judiciais desfavoráveis, deve-lhe ser conferido o regime intermediário, em conformidade com o disposto no art. 33, §§ 2º, "b", e 3º, do Código Penal.

Ante todo o exposto, **concedo a ordem** a fim de alterar o regime inicial de cumprimento da pena imposta ao paciente para o semiaberto, ratificando a liminar de e-STJ fls. 24/27.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator